

## A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS GRAMSCIANOS PARA O BRASIL HOJE: A REVOLUÇÃO-RESTAURAÇÃO CONTEMPORÂNEA

*The contribution of gramscian studies to Brazil today: the contemporary revolution-  
restoration*

*Il contributo degli studi gramsciani al Brasile oggi: la rivoluzione-restaurazione  
contemporanea*

Luciana Aliaga<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo propõe uma tradução para a realidade brasileira contemporânea do conceito gramsciano de revolução-restauração. Nossa hipótese consiste na afirmação da recente reemergência de movimentos e consensos antidemocráticos no Brasil como uma revolução-restauração, ou mais especificamente, uma “restauração reacionária” que traz em seu cerne, entre outros elementos, uma associação entre militarismo, ruralismo e fundamentalismo religioso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil; extrema-direita; intervenção; revolução-restauração.

**ABSTRACT:** This article proposes a translation of the gramscian concept of revolution-restoration into contemporary Brazilian reality. Our hypothesis consists of affirming the recent re-emergence of anti-democratic movements and consensuses in Brazil as a revolution-restoration, or more specifically, a “reactionary restoration” that brings at its core, among other elements, an association between militarism, ruralism and religious fundamentalism.

**KEYWORDS:** Brazil; far right; intervention; revolution-restoration.

**RIASSUNTO:** Questo articolo propone una traduzione del concetto gramsciano di rivoluzione-restaurazione nella realtà brasiliana contemporanea. La nostra ipotesi consiste nell’affermare il recente riemergere di movimenti e consensi antidemocratici in Brasile come una rivoluzione-restaurazione, o più specificamente, una “restaurazione reazionaria” che porta al suo centro, tra gli altri elementi, un’associazione tra militarismo, ruralismo e fondamentalismo religioso.

**PAROLE CHIAVE:** Brasile; estrema destra; intervento; rivoluzione-restaurazione.

### INTRODUÇÃO

Como se sabe, as obras de Gramsci começaram a ser traduzidas no Brasil na segunda metade da década de 1960. Naquele momento e nos anos subsequentes os conceitos de intelectuais, hegemonia, sociedade civil e Estado ampliado foram centrais nos debates de um

país que saía de duas décadas de ditadura militar. Posteriormente o conceito de revolução passiva e de subalternidade/classes subalternas, especialmente a partir dos anos 1990, passaram a circular de uma forma mais intensa no Brasil (cf. Dias, 1994, 1996; Secco, 2002, 2006; Vianna, 2004, Coutinho, 2007; Del Roio, 2011).

Esse breve olhar para a história da recepção e circulação do pensamento gramsciano no Brasil é suficiente para compreender o quanto seus conceitos correspondem a necessidades históricas de explicação de fenômenos complexos, especialmente pela similaridade estrutural de desenvolvimento capitalista entre Itália e Brasil, que permite a tradutibilidade dos conceitos gramscianos (cf. Lacorte *et. al.*, 2013, Boothman, 2017).

Diante disso, o presente artigo centra-se na tradução para a realidade brasileira contemporânea de uma categoria pouco notada, mas que consideramos fundamental para a análise histórica: a categoria de revolução-restauração. Nossa hipótese consiste na afirmação da recente reemergência de movimentos e consensos antidemocráticos no Brasil como uma revolução-restauração, ou mais especificamente, uma “restauração reacionária” que traz em seu cerne, entre outros elementos, uma associação entre militarismo, ruralismo e fundamentalismo religioso. Em outros termos, compreendemos militarismo, ruralismo e fundamentalismo religioso como matrizes articuladas do pensamento conservador antidemocrático no Brasil. Trataremos deles após conceituar a revolução-restauração em curso.

## A REVOLUÇÃO-RESTAURAÇÃO OU RESTAURAÇÃO REACIONÁRIA CONTEMPORÂNEA

Segundo nossa hipótese, as ideias, intelectuais e movimentos antidemocráticos, preexistentes no Brasil como parte de sua formação histórica, encontraram na crise de hegemonia aberta em 2013 a oportunidade de reorganização e confluência, constituindo uma “restauração reacionária”. A concepção de restauração reacionária foi desenvolvida a partir da tradução do conceito de revolução-restauração formulado por Antonio Gramsci, que define uma dialética histórica formada por períodos de “expansão” e de “coerção”.

De acordo com o autor, todo processo histórico ativo de consolidação de uma nova direção política (um novo regime político) passa por um primeiro momento progressivo, hegemônico, mas, que aos poucos vai se esgotando. A classe dirigente cada vez mais precisa

se valer da coerção para sustentar seu domínio, até o golpe de Estado (ou uma solução autoritária sem ruptura da ordem), que consiste em um movimento reacionário. O progresso histórico, assim, caminhará por meio de um movimento de expansão e regressão, emancipação e desemanipação, que o autor nomeou como dialética inovação-conservação ou revolução-restauração (cf. Gramsci, 2007, p.1219-1222).

Importante observar que não estamos trabalhando aqui com o conceito de revolução passiva e sim com aquele de revolução-restauração. Como já exposto em outro trabalho (cf. Aliaga, 2022), embora a identificação entre o conceito de revolução passiva e o conceito de revolução-restauração seja consensual na bibliografia especializada, a concepção de revolução-restauração foi ainda pouco estudada e a completa identificação ao conceito de revolução passiva conduz a problemáticas antinomias, como é o caso de conceituar a Revolução Francesa ao mesmo tempo como um processo de revolução ativa e de revolução passiva.

Como se sabe, originalmente o termo “revolução passiva” estava ausente dos primeiros parágrafos dos *Quaderni del Carcere* e só foi adicionado posteriormente nas margens do primeiro caderno. Isto ocorre pela primeira vez entre fevereiro e março de 1929 no Q. 1, §44, *Direzione politica di classe prima e dopo l'andata al governo*. Neste parágrafo Gramsci utiliza a fórmula “revolução sem revolução” e só posteriormente acrescenta nas margens: “ou revolução passiva segundo a expressão de V. Cuoco” (Q. 1, §44, p. 41). Gerratana fornece essa informação em nota de rodapé (Q. 1, §44, p. 41, nota “a”), mas utiliza a expressão “em época posterior”, de modo que não é possível definir quando Gramsci inseriu essa nota. Na segunda versão desse parágrafo, redigida entre fevereiro de 1934 e fevereiro de 1935 no Q. 19, § 25, p. 2011, a alusão à V. Cuoco está plenamente integrada ao texto.

Ainda no Q.1, § 150, escrito em maio de 1930, Gramsci observou que o nascimento dos Estados modernos na Europa se deu como “reação-superação nacional” da Revolução francesa e do napoleonismo e posteriormente acrescentou nas margens “revolução passiva” (p. 132). A primeira referência expressa no corpo do texto ao conceito de revolução passiva de Cuoco aparece numa nota de redação única, no Q. 4, § 57, p. 504, de novembro de 1930. Ao passo que a associação entre o conceito de revolução passiva de Cuoco e a concepção de revolução-restauração de Quinet aparecerá somente no Q 8, § 25, p. 957, redigido entre janeiro e fevereiro de 1932. Fundamental perceber, contudo, que essa associação aparece

como uma questão a investigar. Diz Gramsci: “investigar o que significa e como é justificada em Quinet a fórmula de equivalência da revolução-restauração na história italiana” (Q. 8, § 25, p. 957).

A partir de fevereiro de 1932, Gramsci passou a identificar revolução passiva e revolução-restauração sempre que tratou especificamente do Estado Italiano ou dos Estados europeus que se modernizaram após a Revolução francesa<sup>2</sup>. Assim, o conceito de revolução passiva foi sendo construído ao longo da redação dos *Quaderni*. Enquanto a revolução passiva apareceu já no Q. 4, § 57, em 1930, a concepção de revolução-restauração de Quinet foi aproximada da revolução passiva somente no Q 8, § 25, em 1932. A partir de então, Gramsci consolidou a percepção da importância do período da Restauração na França para a formulação do conceito de revolução passiva. O período da Restauração passou a ser o mais significativo na medida em que os Estados que se modernizam após a Revolução francesa foram movidos pelas correntes ideológicas vindas da França e, ao mesmo tempo, são reações a elas (cf. Q. 10I, § 9, p. 1226; Q. 10II, § 41.XIV, p. 1324 e Q10II, § 61, p. 1361).

A Revolução francesa nos *Quaderni* foi definida no longo período de 1789 a 1870. Seu primeiro período foi definido como modelo exemplar de revolução ativa, jacobina, propulsora por “reação” das revoluções passivas na Europa. No longo período que se encerrou em 1870 se observam momentos de restauração como reação à Revolução Francesa, que pode então ser considerada um caso antitético ao de revolução passiva, ainda que possua momentos de restauração.

Em síntese, Gramsci claramente sugeriu a identificação entre revolução passiva e revolução-restauração – isto fica claro na aproximação nos *Quaderni* entre o historicismo de Croce, a tradição moderada do *Risorgimento* e o pensamento reacionário da restauração francesa (Q. 10II, §41, XIV, p. 1325-1326). O autor, contudo, não afirmou uma revolução passiva na França. O contexto da identificação entre revolução passiva e revolução-restauração nos *Quaderni* é o da história italiana e dos Estados europeus que se modernizaram após a Revolução francesa, de modo que é possível concluir que os dois conceitos estão profundamente articulados, mas não se equivalem para todos os casos.

O caso francês, nesse sentido, pode ser caracterizado como a concretização histórica da dialética revolução-restauração, sem ser também um caso de revolução passiva. Se, ao contrário, identificarmos totalmente e para todos os casos a revolução passiva à revolução-restauração, estaremos afirmando uma antinomia: na França desenvolveu-se um processo de

revolução passiva e de revolução ativa. Com isso, ao mesmo tempo, estaremos abrindo a possibilidade de afirmar que todos os processos revolucionários na história podem ser caracterizados como revoluções passivas, o que lança o conceito numa profunda indeterminação.

No Q. 1, §44, por meio da análise do *Risorgimento*, Gramsci iniciou a formulação de uma “teoria” do movimento histórico, em especial aquele que se refere à construção e afirmação de novas hegemônias, que seria composto por períodos de “expansão” e de “coerção”. De acordo com o autor,

Este fenômeno se verifica “espontaneamente” nos períodos nos quais determinada classe é realmente progressiva, isto é, faz avançar toda a sociedade, não somente satisfazendo às suas exigências existenciais, mas ampliando continuamente os seus quadros para uma contínua conquista de novas esferas de atividade industrial-produtiva. Quando a classe dominante exaure a sua função, o bloco ideológico tende a se desintegrar e agora a “espontaneidade” é sucedida pela “coerção” em formas sempre menos veladas e indiretas, até às verdadeiras e próprias ações policiais e aos golpes de Estado (Q. 1, § 44, p. 42).

Disto se deduz que todo processo histórico ativo de consolidação de uma nova direção política passa por um primeiro momento progressivo e hegemônico, mas, que aos poucos vai se esgotando. A classe cada vez mais precisa se valer da coerção, até o golpe de Estado, para sustentar seu domínio, o que consiste num movimento reacionário. O progresso histórico, assim, caminha por meio de um movimento de expansão e regressão.

Gramsci ainda não havia tido acesso ao conceito de Edgar Quinet, mas aqui já aparecem todos os elementos de uma “dialética revolução-restauração”. Numa nota do Q. 8, § 27, – redigida entre janeiro e fevereiro de 1932, produzida, portanto, no mesmo período do Q. 8, § 25, p. 957 –, onde aparece a primeira referência a Quinet, Gramsci, ao criticar o historicismo dos moderados, observou a distorção feita por essa corrente sobre o “método de ação no qual o progresso histórico (o desenvolvimento) resulta da dialética de conservação e inovação”. Diz o autor: “na realidade, se é verdade que o progresso histórico é dialética de conservação e inovação e a inovação conserva superando o passado, é também verdade que o passado é coisa complexa [...]” (Q. 8, § 27, p. 957-958). Gramsci, ao criticar Croce e os moderados, afirmou o “progresso como dialética conservação e inovação”, atribuindo a ela, portanto, a generalidade do próprio progresso histórico a partir da constatação da natureza “não linear e intimamente contraditória do desenvolvimento capitalista”, como observa Roccu (2017, p. 545-546).

Um pouco mais tarde, no Q. 8, § 225, p. 1083, abril de 1932, Gramsci desenvolveu a crítica à “teoria da revolução-restauração” dos moderados como “uma dialética domesticada, porque pressupõe ‘mecanicamente’ que a antítese deva ser conservada pela tese para não destruir o processo dialético”. A segunda versão desta nota no Q. 10I, § 6, p. 1219-1222, composta entre abril e maio de 1932, é bem mais desenvolvida e insere a referência a Edgar Quinet. Aqui, Gramsci afirmou que a historiografia de Croce teria sido um “renascimento da historiografia da Restauração adaptada às necessidades e aos interesses do período atual”, como um “hegelianismo degenerado e mutilado” que tem como motivação o “terror pânico” de qualquer “intervenção ativa das grandes massas populares como fator de progresso histórico” (cf. idem, p. 1220). O efeito disso teria sido a positivação do conceito de revolução passiva, que, de uma advertência sobre a necessidade de ativação política das massas passou a ser programa político e em uma moral. Deve-se observar, neste sentido, que desde as redações no primeiro caderno, Gramsci formulou uma teoria do movimento histórico que se define por períodos de expansão e inovação, que são seguidos de períodos de reação e regressão. Mais tarde ele nomeará esse processo como dialética revolução-restauração.

A concepção de revolução-restauração, nesse sentido, ganha maior generalidade, como “forma” do movimento mais geral, que encontra seu caso mais exemplar na Revolução francesa. Voltando ao Q. 1, § 44, como dissemos, a análise se debruça sobre o *Risorgimento*, nesse caso o momento da revolução e da expansão progressista da classe, que faz avançar toda a sociedade, é limitado e simultâneo ao da restauração, isto é, uma revolução sem revolução. Esse caso particular de concretização histórica da dialética revolução-restauração ocorre quando, no caso da Itália *risorgimental*, a modernização do Estado é dirigida pelas classes dominantes de um bloco histórico já existente anteriormente. Assim, ao invés de uma nova hegemonia se afirmar, são as velhas forças que se vestem de novas roupagens e que assimilam os grupos adversários mais ativos. A expansão da classe, nesse caso, se faz por meio de processos de transformismo, de consenso passivo, sem revolução. A contraposição que se segue nesse parágrafo entre os jacobinos franceses e o italiano Partido da Ação espelha dois casos antagônicos de um mesmo fenômeno histórico e político: enquanto os jacobinos foram capazes de expandir seus interesses da classe para toda a sociedade (conduzindo a burguesia, aliás, para uma “posição muito mais avançada do que aquela que ela pretendia ‘espontaneamente’ [...] e daí os contragolpes e a função de Napoleão” – Q. 1, § 44, p. 50), o Partido da Ação foi desde sempre dirigido pelos Moderados (cf. idem, p. 41-

43).

Desta maneira, podemos inferir que a dialética revolução-restauração se identifica com a revolução passiva para o caso da Itália, mas não para o caso da França. Se o progresso histórico é, como afirma Gramsci, “dialética de conservação e inovação”, a categoria de revolução-restauração assume maior generalidade e abrangência que o conceito de revolução passiva. Destarte, propomos aqui interpretar a revolução-restauração como um movimento histórico, nas palavras de Gramsci, uma dialética, da qual, o conceito de revolução passiva seria um dos seus operadores, isto é, o caso particular é que possibilita sua efetivação num contexto específico, ou, pode-se dizer, a *forma histórica particular* de realização da dialética revolução-restauração.

Atente-se também para o fato que no léxico político gramsciano o termo “restauração” consiste em uma expressão metafórica, que não indica o retorno completo à situação anterior, mas refere-se a “uma nova acomodação de forças” capaz de reabilitar politicamente elementos regressivos e latentes da cultura, que novamente tornam-se parte da direção política do Estado (cf. Masella, 2017). De acordo com nossa hipótese, a atual fase de restauração foi aberta em 2013 com as grandes mobilizações de rua, aprofundada em 2016 com a deposição da ex-presidenta Dilma Rousseff e consolidada em 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro. Ela consiste no esgotamento do período de inovação instaurado após a ditadura militar, com a Constituição de 1988, que, a despeito da conciliação de interesses pelo alto e da conseqüente permanência de institutos passíveis de interpretação autoritária<sup>3</sup>, inaugurou uma fase de abertura democrática e avanço da participação política no Brasil.

O governo eleito em 2018 apoiou-se justamente nas forças acumuladas desde 2013, momento em que as grandes manifestações de rua evidenciaram uma grave crise política e aprofundaram tensões sociais latentes, permitindo a reorganização e afirmação dos movimentos de direita e de extrema-direita que deram sustentação popular à deposição de Rousseff e posteriormente à eleição de Bolsonaro. Essas manifestações traziam em seu bojo fortes acentos autoritários, que em grande medida retomaram as pautas antidemocráticas, especialmente, mas não exclusivamente, da ditadura militar.

Dessa perspectiva, ainda que se possa admitir a existência de ideias e ações “fascistas” no Brasil recente, como parte expressiva da bibliografia tem apontado para explicar a reemergência do conservadorismo reacionário (cf. Boito Jr., 2021; Mazzeo, 2022; Secco, 2022), isso somente é possível na medida em que se compreende que o pensamento

fascista circulou no Brasil, especialmente a partir dos anos 1930, nacionalizando-se e tornando-se parte do arcabouço reacionário das direitas e, dessa forma, foi agregado e ao mesmo tempo profundamente reelaborado pelo pensamento e pela cultura nacional.

Nesse sentido, nos aproximamos dos estudos que buscam explicação para o fenômeno em tela nas características da cultura política brasileira, a partir da qual os eventos recentes podem ser concebidos como “características históricas do modelo brasileiro” (cf. González; Baquero; Grohmann, 2021, p. 11), a despeito de se apresentarem sob novas roupagens no presente.

### **RURALISMO, FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO E MILITARISMO**

Retomando nossa hipótese, segundo a qual o militarismo, o ruralismo e o fundamentalismo religioso constituem matrizes articuladas da contemporânea revolução-restauração ou restauração reacionária, nos deteremos na definição desses “ismos”, assim como na análise de sua concretização na cultura brasileira.

Entendemos por “ruralismo” o heterogêneo e complexo movimento político, que se expressa por meio de ideologias conservadoras e/ou reacionárias, que percebe a grande propriedade de terra e o agronegócio como fundamentos perenes da economia brasileira. Em decorrência, se opõem à reforma agrária e aos movimentos de trabalhadores sem-terra, assim como são contrários à demarcação de terras indígenas e aos movimentos ambientalistas contrários ao desmatamento da Amazônia.

O fundamentalismo religioso é apreendido no sentido mais comum e corrente como apego aos fundamentos, entendidos como “os conteúdos de fé, verdades absolutas e intocáveis”, “que deveriam ficar imunes à ciência e à relativização por meio do método histórico” (Dreher, 2006, p. 82-83), que no Brasil recente foi incorporado pelos evangélicos, de diferentes matrizes, que servem de base para os movimentos antidemocráticos.

O militarismo é entendido aqui como um complexo conjunto de intelectuais civis e militares, que produzem e difundem ideias e formam movimentos políticos em torno de concepções intervencionistas e antidemocráticas, com base na tutela militar sobre a ordem. Diante disso, a crise de hegemonia que se expressou em 2013 abriu oportunidade para que intelectuais reacionários ligados a essas frações ganhassem expressão midiática, que favoreceu que essas ideias e valores, preexistentes na sociedade, se organizassem e



confluíssem em ações unificadas.

Expressão importante da atual associação entre militarismo, ruralismo e fundamentalismo religioso encontra-se no Congresso Nacional, especialmente o atual, formado a partir das últimas eleições de 2022, insufladas pelo movimento de deposição de Rousseff, que robusteceram as frentes parlamentares agropecuária, de segurança pública e evangélica (também conhecidas como “BBB”, bancada do boi, da bala e da Bíblia).

Atualmente a bancada da segurança pública representa 8,57% dos membros da Câmara federal e no Senado 2,5% do total. A bancada evangélica, por sua vez, equivale hoje a 20% da Câmara e 16% do Senado<sup>4</sup>. A bancada agropecuária é um dos maiores blocos no Congresso Nacional, conta atualmente com 47% dos deputados federais e 48% dos senadores<sup>5</sup>. Juntas somam 75,6% do total dos deputados federais e 66,5% do Senado, considerando que frequentemente elas atuam de forma conjunta para aprovação de pautas conservadoras e não raro reacionárias, a considerar apenas pelo seu tamanho, têm potencial para aprovar todos os seus projetos e capacidade para interferir nos demais.

Na base dessa importante presença no Congresso Nacional pode-se perceber o crescente prestígio das forças de segurança pública e dos evangélicos na cultura brasileira, o que favorece sua efetiva inserção na política eleitoral.

Em 2022, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) publicou uma pesquisa com dados de 2.100 candidaturas<sup>6</sup> que mencionam patentes militares ou designações religiosas no “nome de urna” nas últimas eleições de 2022. A pesquisa investigou todas as inscrições que inseriram “sargento”, “cabo”, “bispo” ou “pastor” na frente no nome de urna. Sobre os militares<sup>7</sup> constatou-se que entre os 1.433 registros de candidatura que estão na categoria profissional “militares e forças de segurança”, 870 (60,71%) fazem alguma menção ao cargo no nome de urna, a maioria policiais militares (537 registros). Foram encontradas mais 489 candidaturas, totalizando 1.359 nomes de urna que fazem menção a termos militares, representando 4,8% do total de registros de candidaturas (27.958). Dessas 1.359 candidaturas, 1.023 são de direita (75,28%), 209 são de centro (15,38%) e 127 são de esquerda (9,39%).

Com relação aos religiosos, entre os 112 registros de candidatura que estão na categoria profissional “religiosos”, 71 (63,39%) fazem alguma menção ao cargo no nome de urna, a maioria pastores (44 registros). Fora dessa categoria profissional, foram encontradas mais 681 candidaturas, totalizando 752 nomes de urna que fazem menção a alguma filiação

religiosa, o que representa 2,96% do total de candidaturas (27.958). Dos termos mais frequentes, foram encontrados 472 pastores (62,77%), 94 irmãos e irmãs (12,5%) e 74 missionários (9,84%). Dessas 752 candidaturas, 511 são de direita (67,95%), 133 são de centro (17,69%) e 108 são de esquerda (14,36%).

Diante do exposto, nos últimos anos, especialmente após a eleição de Bolsonaro, percebe-se um deslocamento na cultura brasileira (cujo conservadorismo já era um dado importante antes do período estudado<sup>8</sup>), no sentido da maior organização e afirmação política de intelectuais de extrema direita ligados ao ruralismo, ao militarismo e ao fundamentalismo religioso e de grupos com capacidade de difundir valores reacionários, intolerantes, pró-armamento, contra as liberdades reprodutivas femininas, contra as liberdades das pessoas LGBTQIA+, antivacinas e anti-universidade, anti-ciência, entre outros.

Isso não significa que não haja contratendências e movimentos de oposição, ao contrário, a eleição de um presidente de oposição em 2022, ainda que com uma margem apertadíssima<sup>9</sup>, mostra o profundo conflito existente no país, que não se resolve com eleições, mas com organização e atuação política dos setores sociais democráticos.

## **RESTAURAÇÃO, CULTURA E INTERVENÇÕES SALVADORAS**

Para terminar, chamamos a atenção para a relação entre a ação dos intelectuais, a cultura e o discurso da intervenção que constitui a atual restauração reacionária. Em outros termos, queremos ressaltar como a atual restauração reacionária ressignificou culturalmente a intervenção militar, reabilitando o seu sentido de salvação da ordem. O apelo pela intervenção militar por lideranças e movimentos de extrema direita, como mostram estudos recentes (cf. Santos e Cortes, 2020, Medeiros 2023, 2024), circulou nas esferas evangélicas, sustentadas por pastores conservadores, em redes sociais e entre os militares desde 2013 e produziu distintos efeitos de sentido, instaurando uma agitação na memória do militarismo que vigorou no Brasil no período da ditadura militar entre 1964 e 1985.

Nesse processo, percebeu-se certo apagamento da memória da violência da ditadura militar e, ao mesmo tempo, uma positivação e legitimação da intervenção militar na medida em que, no âmbito do discurso dos grupos de extrema-direita, somente uma “Intervenção Militar Já” traria solução aos problemas sociais enfrentados no país (cf. Santos e Cortes, 2020). Especialmente entre o segundo turno da eleição presidencial de 2022 e a posse de

Lula em 1º de janeiro de 2023, o apelo à intervenção produziu, de acordo com Jonas Medeiros (2024, p. 3), “no discurso e na experiência dos ‘patriotas’ uma verdadeira fusão entre povo, Deus e Forças Armadas”, operando, assim, uma espécie de identificação entre intervenção militar e intervenção divina, consagrando “o encontro de duas matrizes: um cristianismo de reconquista da terra prometida e o golpismo secular das Forças Armadas”.

No âmbito do discurso e da cultura política, isto é, do senso comum, portanto, a intervenção militar tem sido recuperada a partir da memória forjada de experiências passadas e, ao mesmo tempo, reelaborada politicamente, consolidando-se como importante instrumento de mobilização de massas no espectro reacionário.

Por senso comum, Gramsci entende um conjunto de concepções compósitas, acrílicas, no qual elementos progressistas e de ciência moderna podem combinar-se com preconceitos diversos e intuições filosóficas variadas (cf. idem, p. 1376). De acordo com Gramsci, pela própria concepção de mundo – expressa na linguagem – “pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e agir”, somos todos, assim, “conformistas” de algum conformismo social (idem). Estamos diante, portanto, de um novo conformismo, reacionário e concretamente uma ameaça às liberdades e à cultura democrática.

A presente restauração não se iniciou com o governo abertamente de extrema direita de Jair Bolsonaro, mas sim logo após o golpe que derrubou a presidenta Rousseff. Desse modo, já durante o governo de Michel Temer (2016-2018) recriou-se o Gabinete de Segurança Institucional (GSI, que fora extinto em 2015 por meio de reforma administrativa), cuja função consiste em assessoramento militar e de inteligência ao presidente da República em assuntos de segurança nacional, dando a ele maior *status* e infraestrutura. Temer também nomeou o general Joaquim Silva e Luna como ministro da Defesa, “rompendo com o histórico de civis comandando a pasta desde sua criação em 1999” (Passos, 2021, p. 223). Com efeito, justamente após a deposição de Rousseff é que se observou um movimento mais expressivo de reaproximação entre os militares e a gestão pública que culminou com um verdadeiro loteamento do Estado a partir do início do governo Bolsonaro, em 2019.

Do mesmo modo, assistimos à militarização estética e política de igrejas evangélicas, consagrando a relação entre o fundamentalismo religioso e a crise da democracia (Burity, 2018; Almeida, 2019; Fonseca, 2019, Gracino Jr., Silva, 2023; Ferreira, 2023). Assim como é patente o avanço da militarização na educação de jovens por meio do Programa Nacional

das Escolas Cívico-Militares (PECIM), que foi aprovado por meio do Decreto n. 9.665/19, que definiu 54 instituições de ensino para implementação do projeto-piloto das escolas cívico-militares em 2020. As escolas cívico militares consistem num projeto autoritário, sem participação popular e que concebe a educação a partir da disciplina e da obediência, tolhendo as liberdades de pensamento e expressão, consagrando o autoritarismo nunca superado da ditadura militar. Observa-se, ainda, uma aceleração da degradação ambiental e o avanço do agronegócio e da mineração ilegal em áreas de reserva florestal e em terras indígenas, desvelando a atuação devastadora da atual restauração reacionária.

## CONCLUSÃO

A restauração reacionária contemporânea não se solucionou com a mudança de governo em 2023, uma vez que a situação política, econômica e cultural não se alterou fundamentalmente, assim como os discursos, as concepções e a ação dos grupos reacionários fundados no ruralismo, no fundamentalismo religioso e no militarismo não desapareceram. Não desapareceram porque são matrizes da nossa cultura, estão relacionados com os processos de formação do Estado moderno no Brasil. O monopólio da política por oligarquias fundiárias, a cultura cristã conservadora e as recorrentes intervenções militares, para dizer o mínimo, tornaram a política brasileira um palco restrito às elites civis e militares.

Nesse contexto, o senso comum popular não apenas reconhece a legitimidade das intervenções militares e do mando de oligarquias fundiárias identificadas com mandatários religiosos fundamentalistas, mas também a recupera em momentos cruciais de crise política e a reelabora em diferentes formas de salvação da ordem, comumente ameaçada pela degeneração das instituições de Estado e das elites políticas, de acordo com as interpretações reacionárias. Nesses momentos, o discurso da intervenção reitera o passado no presente, conseguindo – como temos visto – mobilizar um conjunto de concepções capazes de tirar as massas da passividade em busca de uma possibilidade real ou imaginada de salvação. Ou, dito de outro modo, “em uma esperança messiânica de que as Forças Militares pudessem salvar o país em um quase milagre” (Medeiros, 2023, s/p.).

Destarte, se podemos afirmar que o ruralismo, o fundamentalismo religioso e o militarismo pertencem ao arcabouço mais amplo da cultura política brasileira, isto é, não se limitam a atuação em momentos históricos pontuais ou a grupos específicos civis ou

militares, o problema para a democracia brasileira passa a ser a criação de uma cultura da democracia, que perpassa não apenas a reforma das polícias ou do Exército, mas se refere aos próprios fundamentos da educação pública nacional, à mudança de paradigma de relação com o meio ambiente e à reforma agrária de base ampla e popular.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ALIAGA, L. “Revolução passiva e revolução restauração: dois conceitos em construção”. In DEL ROIO, M., GALASTRI, L. (org.). *Gramsci e a verdade efetiva das coisas*. São Paulo: Expressão Popular, 2022, p. 297-318.
- ALMEIDA, R. “Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira”. In *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 38, n.º.1, jan.-abr., 2019.
- BOITO Jr., A. “O caminho brasileiro para o fascismo”. *Caderno CRH*, ed. 34, 2021.
- BOOTHMAN, D. “Tradução”. In LIGUORI & VOZA (org.). *Dicionário Gramsciano*, São Paulo: Boitempo, 2017.
- BOOTHMAN, D. “Tradutibilidade”. In LIGUORI & VOZA (org.). *Dicionário Gramsciano*, São Paulo: Boitempo, 2017.
- BURITY, J. “A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?”. In ALMEIDA, R.; TONIOL, R., *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.
- COUTINHO, C. N. “O Gramsci no Brasil: recepção e usos”. In MORAES, J. Q. (org.). *História do Marxismo no Brasil*, v. 3. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p. 151-196.
- DEL ROIO, M. T. “Notas sobre a trajetória de Gramsci na América Latina”. *Revista Crítica Marxista* n.º 33, São Paulo: UNESP, 2011.
- DIAS, E. F. “Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos”. In *Revista Ideias*, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1994, p. 111-138.
- DIAS, E. F. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DREHER, M. N. *Fundamentalismo*. São Leopoldo, Sinodal, 2006.
- FERREIRA, M. L. “A Crise Da Democracia Brasileira e o Papel Do Extremismo Político e Religioso.” *Revista Fim do Mundo (Online)* 4.9, 2023, p. 61–74.
- FONSECA, A. B. “Discursos evangélicos de uma nova direita cristã à brasileira”. In GALLEGO, E. S. (org.). *Brasil em colapso*, São Paulo, Unifesp, 2019.
- GONZÁLEZ, R. S., BAQUERO, M., GROHMANN, L. G. M. “Nova direita ou vinho velho em odres novos? A trajetória conservadora no Brasil do último século”. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 15, n.2, p. 09-44, maio-ago. 2021.
- GRACINO JR, P; SILVA, M. G. “A invenção do mito adesão evangélica ao bolsonarismo e a hipótese laclauiana”. In *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 76, pp. 11-37, Jan.-Abr., 2023.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*: edizione critica dell’Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana, Torino: Einaudi, 2007.

LACORTE, R. et all. “Sobre a ‘tradutibilidade’ de Gramsci e algumas transformações sociais na Itália e no Brasil. *Revista virtual Enfil*, ano 1, nº.2, set/2013.

MASELLA, L. “Restauração”. In LIGUORI, G.; VOZA, P. *Dicionário gramsciano. 1926-1937*. São Paulo, Boitempo, 2017.

MAZZEO, A. C. “Neofascismo: Expressão ideológica da crise sistêmico-estrutural do tardo-capitalismo – reflexões preliminares”. In *Neofascismo, autocracia e bonapartismo no Brasil*. Mazzeo et. Al. (org.), São Paulo, Instituto Caio Prado Júnior, 2022.

MEDEIROS, J. “Menos Exército, mais carro de som: a extrema direita um ano depois do 8 de janeiro”. *Revista Piauí*, 08 de janeiro de 2024. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/extrema-direita-patriotas-8-de-janeiro/>. Consultado em 17/01/2024.

MEDEIROS, J. “Contribuições sociológicas para compreender o golpismo dos patriotas”. *Revista Comciência*, SBPC, 13 de fevereiro de 2023. Disponível em <https://www.comciencia.br/contribuicoes-sociologicas-para-compreender-o-golpismo-dos-patriotas/>. Consultado em 18/01/2024.

MOISÉS, J. A. “Cultura política, instituições e democracia. Lições da experiência brasileira”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23 nº. 66 fevereiro, 2008.

ROCCU, R. “Passive revolution revisited: From the Prison Notebooks to our ‘great and terrible world’”. *Capital & Class*, Vol. 41(3), 2017.

SCHWARTZMAN, S. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Publit, 2007.

SECCO, L. *Gramsci e o Brasil. Recepção e difusão de suas ideias*. São Paulo: Cortez, 2002.

SECCO, L. *Gramsci e a Revolução*. São Paulo: Alameda, 2006.

SECCO, L. “Gramscismos: uma formulação do fascismo no Brasil”. In *Neofascismo, autocracia e bonapartismo no Brasil*. Mazzeo et. Al. (org.), São Paulo, Instituto Caio Prado Júnior, 2022.

VIANNA, L. W. *A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

## NOTAS

1. Professora do Depto. Ciências Sociais (DCS) e do Programa de pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB/ Brasil). Líder do Grupo de Pesquisa Materialismo e Modernidade – CNPq-UFPB. Secretária da International Gramsci Society – IGS-BRASIL. [lualiaga@gmail.com](mailto:lualiaga@gmail.com)
2. Ver Q. 8, § 36; Q. 8, §39, texto A (retomado junto com o Q. 8 § 25 no Q. 10II, § 41.XIV); Q. 8, § 51; Q10II, § 61; Q15, §§ 11 e 25.
3. Referimo-nos substancialmente ao art. 142 da Constituição Federal, trataremos o tema com detalhes mais

à frente.

4. Consultar: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/bancada-evangelica-nao-cresce-como-esperado-e-deve-ser-20-da-camara.shtml>
5. Consultar: <https://www.novacana.com/n/etanol/politica/bancada-ruralista-perde-nomes-peso-congresso-potencial-agregar-novos-041022>
6. Num universo de 27.958 candidaturas registradas e consideradas aptas até o dia 15/08/2022 (data definida como limite pelo TSE para o registro de candidaturas). A pesquisa está disponível no site <https://www.inesc.org.br>.
7. Militares ou de Forças de Segurança, são autorizados pela Lei Eleitoral a concorrer por cargos eletivos.
8. Sobre isso ver Schwartzman (2007); Moisés (2008).
9. O candidato do Partido dos Trabalhadores-PT, Luiz Inácio Lula da Silva, recebeu um total de 50,90% dos votos, enquanto o candidato Jair Bolsonaro (Partido Liberal-PL) recebeu 49,10% dos votos válidos. Conferir <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados>.

*Recebido em 26 de maio de 2024*

*Aceito em 26 de maio de 2024*

*Editado em junho de 2024*